

HABEAS CORPUS Nº 492.645 - DF (2019/0038041-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PAULO HENRIQUES DE MENEZES BASTOS
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA
PÚBLICA
PACIENTE : JORGE MANESA LUBALA

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Jorge Manesa Lubala, nacional da República de Angola, contra a Portaria n. 1.712, de 4 de outubro de 2018, editada pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que determinou a expulsão do paciente do território nacional e impediu o seu reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses.

Narra a impetrante que, em 24/4/2017, o paciente foi condenado a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, mais 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa pelo crime de tráfico interestadual de drogas.

Salienta, no entanto, que o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) concedeu ao paciente o direito de permanência definitiva no Brasil, nos termos de despacho publicado em 24/1/2018.

Aduz, ainda, que o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE indeferiu o pedido de refúgio, mas reconheceu expressamente a regularização da situação migratória. Transcrevo o seguinte excerto da decisão proferida pelo referido órgão (e-STJ, fl. 8):

Em análise do mérito, e em harmonia com a Resolução Recomendada n. 08, e com a Resolução Normativa nº 27, ambas do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, o Comitê Nacional para os Refugiados entendeu que não restou demonstrada a existência de fundado temor de perseguição compatível com os critérios elegibilidade prevista no art. 1º da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997.

Entretanto, ao entender infundado, o Comitê Nacional para os Refugiados - Conare encaminhou a solicitação ao Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que autorizou sua residência em território brasileiro.

O indeferimento do reconhecimento da condição de refugiado não prejudica e nem interfere na residência autorizada pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que já lhe está assegurada. Dessa maneira, fica-lhe assegurada a sua residência em território nacional e regularizada a sua situação migratória no Brasil.

Defende que o decreto expulsório contraria os princípios consagrados no

art. 3º da Lei n. 13.445/2017.

Pleiteia o deferimento de liminar para que seja suspenso o ato normativo ora impugnado.

Pugna, no mérito, pela concessão da ordem a fim de que seja reconhecida a nulidade da Portaria n. 1.712, de 4 de outubro de 2018.

Decido.

O *habeas corpus* constitui remédio jurídico-processual, de índole constitucional, cujo escopo visa resguardar a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder, sendo marcado por cognição sumária e rito célere, motivo pelo qual não comporta análise de questões que, para seu deslinde, demandem aprofundado exame do conjunto fático-probatório dos autos, peculiar ao processo de conhecimento.

Por sua vez, o instituto da expulsão é prerrogativa constitucional atribuída ao Poder Executivo, o qual é responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil com outros Estados. Dessa forma, imperioso reconhecer que a expulsão é ato discricionário praticado pelo Poder Executivo, ao qual incumbe a análise da conveniência, necessidade, utilidade e oportunidade da permanência de estrangeiro que cometa crime em território nacional, caracterizando verdadeiro poder inerente à soberania do Estado.

A matéria poderá ser submetida à apreciação do Poder Judiciário, mas este ficará limitado ao exame acerca do cumprimento formal dos requisitos e à inexistência de entraves à expulsão.

No caso, o decreto de expulsão encontra-se motivado em virtude de o paciente ter sido condenado pela prática do crime de tráfico interestadual de drogas, não tendo sido demonstradas quaisquer das excludentes de expulsabilidade previstas no art. 55 da Lei 13.455/2017, *in verbis*:

Art. 55. Não se procederá à expulsão quando:

I - a medida configurar extradição inadmitida pela legislação brasileira;

II - o expulsando:

- a) tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela;
- b) tiver cônjuge ou companheiro residente no Brasil, sem discriminação alguma, reconhecido judicial ou legalmente;
- c) tiver ingressado no Brasil até os 12 (doze) anos de idade, residindo desde então no País;
- d) for pessoa com mais de 70 (setenta) anos que resida no País há mais de 10 (dez) anos, considerados a gravidade e o fundamento da expulsão.

O despacho exarado pelo Conselho Nacional de Imigração em 23/1/2018, que deferiu o pedido de concessão de permanência definitiva ao paciente, não retira, *a priori*, a prerrogativa delegada ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública de, verificadas as circunstâncias legais, editar o ato expulsório, pois não configura, em tese, hipótese excludente do ato de expulsão.

Saliente-se que o impetrante não logrou instruir o presente instrumento

com cópias do processo administrativo que resultou na concessão da mencionada permanência definitiva, não sendo possível aferir se as razões para o deferimento do mencionado ato também estão configuradas como causas excludentes da expulsão.

Ademais, da narrativa apresentada pelo impetrante, observa-se que o paciente obteve condenação criminal transitada em julgado em 24/4/2017, isto é, em data anterior à concessão da permanência definitiva, o que poderia comprometer a própria legalidade daquele ato.

Desse modo, não houve a necessária demonstração da suscitada coação ilegal, mormente porque a conduta da autoridade indicada como coatora encontra-se respaldada pelo disposto no art. 54, § 1º, II, da Lei n. 13.445/2017, não havendo prova pré-constituída de nenhuma causa excludente de expulsabilidade.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE LITISCONSÓRCIO OU INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, EM *HABEAS CORPUS*. PRECEDENTES DO STJ. EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO APÓS O CUMPRIMENTO DA PENA E O DECRETO EXPULSÓRIO. *HABEAS CORPUS*. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE EXCLUDENTE DE EXPULSABILIDADE. ART. 75, II, B, DA LEI N. 6.815/80. INADMISSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, NA VIA ANGUSTA DO *WRIT*. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.

I. Constitui ônus do impetrante a demonstração da coação ilegal, mediante prova pré-constituída, porquanto a via angusta do *habeas corpus* não permite incursões em aspectos que demandam dilação probatória.

II. Do exame dos autos, verifica-se que o paciente, após cumprimento da pena por tráfico de entorpecentes, foi submetido a processo administrativo de expulsão, que culminou com sua expulsão em 24 de fevereiro de 2003. Não há provas de manutenção da convivência entre a prole e o paciente. Merece atenção o fato de que já se passaram 12 (doze) anos desde a efetivação da expulsão e a presente impetração.

III. Ademais, também não constam provas de que, durante este período, o paciente tenha contribuído, ao menos materialmente, para o sustento dos filhos.

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "a expulsão do estrangeiro pode ser evitada para proteger os interesses do filho brasileiro, menor de idade. As hipóteses inibitórias da expulsão do estrangeiro não estão caracterizadas na espécie, porquanto o filho do impetrante não está sob a sua guarda e tampouco dele depende economicamente" (STJ, HC 269.859/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/02/2014). Em igual sentido: STJ, HC 239.329/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/06/2014; STJ, AgRg no

HC 276.884/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES,
PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 17/10/2013.

V. Ordem denegada.

(HC 309.982/DF, de minha relatoria, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em
11/3/2015, DJe 19/3/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o
habeas corpus.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

